

Isenções agrícolas: mudança provoca protesto.

O governo pretende mesmo alterar a tributação da renda agrícola das pessoas físicas — a cédula G da declaração do IR — dentro do pacote fiscal em estudos. A confirmação foi dada ontem pelo secretário-geral do Ministério da Fazenda, Maílson Nóbrega, desmentindo informação dada horas antes em Brasília por representantes do setor rural que discutiram o pacote na Fazenda.

Em resumo, o governo quer acabar com as isenções fiscais que beneficiam hoje os declarantes da cédula G, substituindo-as por incentivos vinculados à poupança e ao

investimento na produção. “A idéia é permitir que o agricultor abata de sua renda tributável toda a parcela de seu lucro que ele poupar ou investir”, disse Nóbrega, explicando uma grande vantagem do sistema: o setor agrícola passaria a depender menos do crédito oficial.

Não satisfeitos com tais explicações, os representantes do setor agrícola reagiram, na conversa que tiveram com a imprensa. O ex-ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, hoje deputado federal pelo PFL mineiro e um dos integrantes da Frente Parla-

mentar da Agricultura que foram à Fazenda, comentou: “Não nos interessa discutir apenas a cédula G. Para nós, pesa muito mais a tributação indireta sobre a agricultura, como o ICM. Queremos uma discussão global”.

O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, disse que o fim das isenções da cédula G inviabilizaria a atividade agrícola no País, ao passo que o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio Ernesto de Salvo, lembrou que é difícil falar em auto-financiamento para um setor descapitalizado.